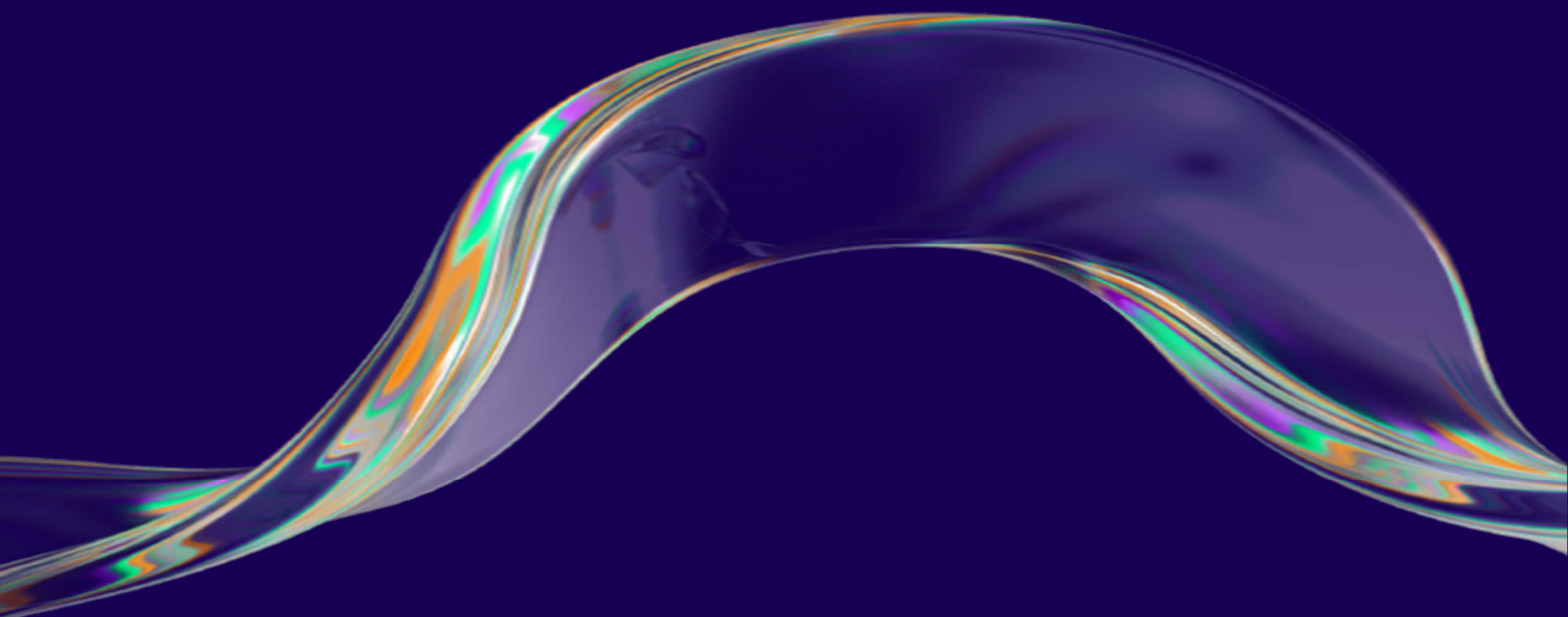


MS Participações Societárias S.A.



**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em 31 de
dezembro de 2025**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
MS Participações Societárias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MS Participações Societárias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores



MS Participações Societárias S.A.

independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de abril de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

MS Participações Societárias S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balanço patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	11
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	12
5	Receita.....	12
6	Custos e despesas.....	13
7	Resultado financeiro líquido	13
8	Caixa e equivalentes de caixa	14
9	Aplicações financeiras	14
10	Fundo de liquidez – conta reserva	14
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	15
12	Contas a receber de clientes	15
13	Estoques	16
14	Investimentos.....	17
15	Imobilizado	18
16	Financiamentos e debêntures.....	20
17	Fornecedores.....	22
18	Provisões de ressarcimento	22
19	Provisões para litígios.....	23
20	Obrigações com desmobilização de ativos.....	24
21	Partes relacionadas	24
22	Imposto de renda e contribuição social	25
23	Patrimônio líquido.....	26
24	Instrumentos financeiros e gestão de risco	27

MS Participações Societárias S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	59.272	83.490	-	-
Custo com energia elétrica	6	(7.188)	(16.855)	-	-
Custo com operação	6	(38.105)	(29.463)	-	-
Lucro		13.979	37.172	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	6	(527)	(1.504)	(100)	(167)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(3.482)	707	(1)	-
		(4.009)	(797)	(101)	(167)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		9.970	36.375	(101)	(167)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		-	-	22.412	74.904
		-	-	22.412	74.904
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		38.494	30.518	7	-
Despesas financeiras		(11.339)	(12.146)	-	-
		27.155	18.372	7	-
Lucro		37.125	54.747	22.318	74.737
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	22	(14.807)	20.199	-	-
Diferidos	22	-	(209)	-	-
Lucro líquido do exercício		22.318	74.737	22.318	74.737

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

MS Participações Societárias S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	22.318	74.737	22.318	74.737
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	22.318	74.737	22.318	74.737

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

MS Participações Societárias S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		37.125	54.747	22.318	74.737
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	14(b)	-	-	(22.412)	(74.904)
Juros e variações monetárias		5.261	6.421	-	-
Depreciação e amortização	6	20.184	15.965	46	83
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	904	-	-	-
Provisão (reversão) de ressarcimento	5	42.869	15.200	-	-
Atualização monetária sobre ressarcimento	7	1.281	166	-	-
Apropriação de custos de captações	7	2.448	2.260	-	-
Rendimentos sobre fundo de reserva		(33.958)	(19.154)	-	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	671	587	-	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	-	797	-	-
		<u>76.785</u>	<u>76.989</u>	<u>(48)</u>	<u>(84)</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		3.127	(5.058)	-	-
Tributos a recuperar		2.618	(7.817)	(2)	1
Estoques		(6.062)	(1.560)	-	-
Demais créditos e outros ativos		6.475	3.946	-	14
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		(2.789)	5.670	(2)	(1)
Tributos a recolher		(8.577)	25.403	-	560
Arrendamentos		-	(8.347)	-	-
Pagamento de ressarcimento	18(c)	(5.202)	(11.298)	-	-
Partes relacionadas		(97)	(1.369)	-	-
Demais obrigações e outros passivos		3.185	314	-	-
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		<u>69.463</u>	<u>76.873</u>	<u>(52)</u>	<u>490</u>
Juros pagos sobre financiamentos	16(c)	(5.517)	(6.265)	-	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	(797)	-	-
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(7.966)	(5.100)	-	(560)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>55.980</u>	<u>64.711</u>	<u>(52)</u>	<u>(70)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(2.043)	-	(34)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		(41.657)	(31.742)	-	-
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos judiciais		282	(30)	-	-
Aumento de capital em controladas	1.1.1(a)	-	-	(16.190)	(34.640)
Recebimento de dividendos		-	-	1.479	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(12.625)	(25.602)	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(56.043)</u>	<u>(57.374)</u>	<u>(14.745)</u>	<u>(34.640)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Adição de custos com captação	16(c)	-	(1.839)	-	-
Liquidação de financiamentos	16(c)	(20.369)	(19.001)	-	-
Liquidação de arrendamentos		-	(589)	-	-
Aumento de capital	1.1.1(b)	16.420	34.755	16.420	34.755
Pagamento de dividendos		(1.420)	-	(1.420)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(5.369)</u>	<u>13.326</u>	<u>15.000</u>	<u>34.755</u>
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		<u>(5.432)</u>	<u>20.663</u>	<u>203</u>	<u>45</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>21.369</u>	<u>706</u>	<u>48</u>	<u>3</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>15.937</u>	<u>21.369</u>	<u>251</u>	<u>48</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

MS Participações Societárias S.A.
Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	15.937	21.369	251	48
Aplicações financeiras	9	2.861	-	34	-
Contas a receber de clientes	12	6.141	9.268	-	-
Estoques	13	17.849	11.787	-	-
Tributos a recuperar		9.125	7.908	7	5
Dividendos a receber	21	-	-	14.876	18.090
Ressarcimento		-	8	-	-
Outros ativos		775	7.267	-	-
		<u>52.688</u>	<u>57.607</u>	<u>15.168</u>	<u>18.143</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	332.540	256.925	-	-
Cauções e depósitos judiciais		1.767	2.049	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	11.337	-	-
Tributos a recuperar		10.839	3.337	-	-
Ressarcimento		-	6.038	-	-
Outros ativos		6	97	-	-
		<u>345.152</u>	<u>279.783</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Investimentos	14	-	-	441.985	401.648
Imobilizado	15	268.748	273.247	72	94
Intangível		3.853	4.121	-	24
		<u>272.601</u>	<u>277.368</u>	<u>442.057</u>	<u>401.766</u>
Total do ativo		<u>670.441</u>	<u>614.758</u>	<u>457.225</u>	<u>419.909</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos	16	19.877	18.924	-	-
Fornecedores	17	3.458	8.716	-	2
Tributos a recolher		1.157	2.592	-	-
Partes relacionadas	21	11	108	-	-
Dividendos a pagar	21	2.048	3.044	2.048	3.044
Provisão de ressarcimento	18	35.263	36.682	-	-
Outros passivos		154	11	-	-
		<u>61.968</u>	<u>70.077</u>	<u>2.048</u>	<u>3.046</u>
Não circulante					
Financiamentos	16	103.069	121.381	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	301	-	-
Obrigações com desmobilização de ativos	20	11.693	4.965	-	-
Provisão de ressarcimento	18	35.285	964	-	-
Provisões para litígios	19	3.249	-	-	-
Outros passivos		-	207	-	-
		<u>153.296</u>	<u>127.818</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do passivo		<u>215.264</u>	<u>197.895</u>	<u>2.048</u>	<u>3.046</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	23	276.778	256.493	276.778	256.493
Reservas de lucros		178.399	160.370	178.399	160.370
Total do patrimônio líquido		<u>455.177</u>	<u>416.863</u>	<u>455.177</u>	<u>416.863</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>670.441</u>	<u>614.758</u>	<u>457.225</u>	<u>419.909</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

MS Participações Societárias S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva de investimentos	Reserva legal		
Em 1º de janeiro de 2024		221.738	81.675	5.378	-	308.791
Lucro líquido do exercício		-	-	-	74.737	74.737
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	74.737	74.737
Demais mutações patrimoniais do exercício						
Aumento de capital		34.755	-	-	-	34.755
Destinação do resultado do exercício						
Constituição de reserva estatutária de investimento	23(c)	-	69.580	-	(69.580)	-
Constituição de reserva legal		-	-	3.737	(3.737)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23	-	-	-	(1.420)	(1.420)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		34.755	69.580	3.737	(74.737)	33.335
Em 31 de dezembro de 2024		256.493	151.255	9.115	-	416.863
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.318	22.318
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	22.318	22.318
Demais mutações patrimoniais do exercício						
Aumento de capital	1.1.1(b)	20.285	(3.865)	-	-	16.420
Destinação do resultado do exercício						
Constituição de reserva estatutária de investimento	23(c)	-	20.778	-	(20.778)	-
Constituição de reserva legal	23(b) e (c)	-	-	1.116	(1.116)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23(c)	-	-	-	(424)	(424)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		20.285	16.913	1.116	(22.318)	15.996
Em 31 de dezembro de 2025		276.778	168.168	10.231	-	455.177

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

1 Considerações gerais

A MS Participações Societárias S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 07 de agosto de 2008. A Companhia tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico "MS Participações".

A Companhia é diretamente controlada pela Auren Operações S.A. ("Auren Operações") e indiretamente pela Auren Energia S.A..

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas no estado de São Paulo, as quais compõem o complexo eólico MS Participações, com capacidade instalada total de 94,5 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eolielétrica (EOL)	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Início da concessão	Término da concessão
Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A.	Bela Vista	741/2010	27,3	20/08/2010	19/08/2045
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A.	Embuaca	732/2010	27,3	18/08/2010	17/08/2045
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A.	Icarai	601/2010	16,8	01/07/2010	30/06/2045
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.	Mar e Terra	867/2010	23,1	26/10/2010	25/10/2045
			<u>94,5</u>		

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas as movimentações de capital das controladas conforme tabela a seguir:

Controladas	2024	Aumento (redução)	2025
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A.	47.179	-	47.179
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A.	66.945	5.860	72.805
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A.	49.290	10.330	59.620
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.	52.389	-	52.389
	<u>215.803</u>	<u>16.190</u>	<u>231.993</u>

(b) Aumento de capital

Em 30 de abril de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o montante de R\$ 3.865 para integralização ao capital social, com origem na conta de Reserva de Investimentos.

Em 30 de junho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 15.285, mediante a emissão de 15.285.015 ações, passando o capital social de R\$ 256.493 (dividido em 1.838.782.805 ações ordinárias) para R\$ 271.778 (dividido em 1.853.817.820 ações ordinárias).

Em 10 de novembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 5.000, mediante a emissão de 5.000.000 ações, passando o capital social de R\$ 271.778 (dividido em 1.853.817.820 ações ordinárias) para R\$ 276.778 (dividido em 1.858.817.820 ações ordinárias).

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, e diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As demonstrações consolidadas financeiras da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 29 de abril de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2025	2024		
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A.	100%	100%	Rio Grande do Norte - Brasil	Geração energia elétrica
Embuca Geração e Comercialização de Energia S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração energia elétrica

MS Participações Societárias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração energia elétrica
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.	100%	100%	Rio Grande do Norte - Brasil	Geração energia elétrica

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia e suas controladas tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
14	Investimentos
15	Imobilizado
18	Provisão de ressarcimento
20	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

Leilão de Energia: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em Leilões de Energia de Reserva (“LER”).

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

MS Participações Societárias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	Consolidado 2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Leilão de Energia de Reserva (LER)		104.881	102.707
Provisão de ressarcimento	18(c)	(42.869)	(15.200)
Energia de curto prazo – CCEE		8	151
		<u>62.020</u>	<u>87.658</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(2.247)	(3.739)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(501)	(429)
		<u>(2.748)</u>	<u>(4.168)</u>
Receita líquida		<u>59.272</u>	<u>83.490</u>

6 Custos e despesas

					2025	Consolidado 2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(73)	-	-	-	(73)	(9.649)
Encargos de uso da rede elétrica	(7.115)	-	-	-	(7.115)	(7.206)
Depreciação e amortização	-	(20.137)	(47)	-	(20.184)	(15.965)
Pessoal	-	(343)	-	-	(343)	-
Pessoal	-	(343)	-	-	(343)	-
Materiais	-	(685)	(27)	-	(712)	(853)
Materiais	-	(685)	(27)	-	(712)	(853)
Serviços	-	(13.377)	(306)	-	(13.683)	(11.719)
Serviços de operação e manutenção	-	(5.237)	-	-	(5.237)	(4.437)
Serviços de terceiros	-	(8.140)	(306)	-	(8.446)	(7.282)
Outros	-	(3.563)	(147)	-	(3.710)	(2.430)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1.976)	-	-	(1.976)	(571)
Seguros	-	(1.324)	-	-	(1.324)	(1.853)
Impostos, taxas e contribuições	-	(169)	(7)	-	(176)	-
Outros custos e despesas líquidas	-	(94)	(140)	-	(234)	(6)
Demais (despesas) receitas	-	-	-	(3.482)	(3.482)	707
Processos judiciais	-	-	-	(3.373)	(3.373)	-
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(904)	(904)	-
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	795	795	707
	<u>(7.188)</u>	<u>(38.105)</u>	<u>(527)</u>	<u>(3.482)</u>	<u>(49.302)</u>	<u>(47.115)</u>

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2025	Consolidado 2024
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		36.986	19.549
Juros sobre ativos financeiros		1.216	9.607
Outras receitas financeiras		292	1.638
		<u>38.494</u>	<u>30.794</u>
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	16(c)	(5.293)	(6.107)
Atualização monetária sobre financiamentos	16(c)	(786)	(314)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	18(c)	(1.281)	(166)
Atualização monetária sobre provisão para litígios		(36)	-
Apropriação dos custos de captações	16(c)	(2.448)	(2.260)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	20	(671)	(587)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		-	(797)
Outras despesas financeiras		(824)	(2.191)
		<u>(11.339)</u>	<u>(12.422)</u>
		<u>27.155</u>	<u>18.372</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 98,51% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa				
Caixa e bancos	655	5.656	93	48
	<u>655</u>	<u>5.656</u>	<u>93</u>	<u>48</u>
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	13.132	5.004	157	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	2.150	10.709	1	-
	<u>15.282</u>	<u>15.713</u>	<u>158</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>15.937</u>	<u>21.369</u>	<u>251</u>	<u>48</u>

- (i) As quotas de fundo de investimento pertencem majoritariamente ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren, além de outros fundos. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 98,51% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	2.861	-	34	-
	<u>2.861</u>	<u>-</u>	<u>34</u>	<u>-</u>

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na

definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração média de 85,95% do CDI (95,48% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado	
	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)		
Não circulante	332.540	256.925
	332.540	256.925

- (i) As controladas possuem alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos

11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	351.338	278.294	285	48
	351.338	278.294	285	48

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

12 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Leilão de Energia de Reserva (LER)	6.137	9.268
Partes relacionadas (Nota 21)	4	-
	6.141	9.268

(b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	5.969	9.268
Vencidos até 3 meses	21	-
Vencidos acima de 6 meses	151	-
	6.141	9.268

A Administração analisou os saldos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

13 Estoques

Os estoques são compostos principalmente por peças de reposição e materiais utilizados na manutenção do parque eólico, mensurados pelo seu custo de aquisição no reconhecimento inicial e avaliados com base no “preço médio de estoque”.

O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2025 é de R\$17.849 (R\$ 11.787 em 31 de dezembro de 2024).

14 Investimentos**Política contábil**

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
					2025	2024	2025	2024
Custo								
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A.	130.806	10.161	100,00	100,00	9.739	24.297	131.861	121.689
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A.	110.926	5.217	100,00	100,00	4.794	18.729	111.982	100.985
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A.	93.891	5.029	100,00	100,00	4.606	12.183	94.947	79.029
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.	102.139	3.695	100,00	100,00	3.273	19.695	103.195	99.945
					22.412	74.904	441.985	401.648

(b) Movimentação

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	401.648	295.786
Equivalência patrimonial	22.412	74.904
Dividendos revertidos	2.203	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(468)	(3.682)
Aumento de capital (Nota 1.1.1 (a))	16.190	34.640
Saldo no final do exercício	441.985	401.648

15 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia e suas controladas são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (vide nota 20 – Obrigações com desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

							Consolidado	
	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	2025	2024	
Saldo no início do exercício								
Custo	362.586	70.667	977	621	64.058	498.909	483.477	
Depreciação acumulada	(189.688)	(34.740)	(830)	(404)	-	(225.662)	(209.050)	
Saldo líquido no início do exercício	172.898	35.927	147	217	64.058	273.247	274.427	
Adições	-	-	-	-	10.034	10.034	25.602	
Baixas	(904)	-	-	-	-	(904)	-	
Depreciação	(17.475)	(2.234)	(41)	(54)	-	(19.804)	(16.612)	
Remensurações (Nota 20(a)) (i)	6.057	-	-	-	-	6.057	-	
Transferências (ii)	37.209	234	28	-	(37.353)	118	(10.170)	
Saldo no final do exercício	197.785	33.927	134	163	36.739	268.748	273.247	
Custo	404.948	70.901	1.005	621	36.739	514.214	498.909	
Depreciação acumulada	(207.163)	(36.974)	(871)	(458)	-	(245.466)	(225.662)	
Saldo líquido no final do exercício	197.785	33.927	134	163	36.739	268.748	273.247	
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00	3,00	6,00	14,00				

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou no incremento do provisionado no passivo de R\$ 6.057 (Nota 20), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.
- (ii) O montante de R\$ 118 corresponde a transferência da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para o intangível, relacionados à *softwares*.

16 Financiamentos**Política contábil**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

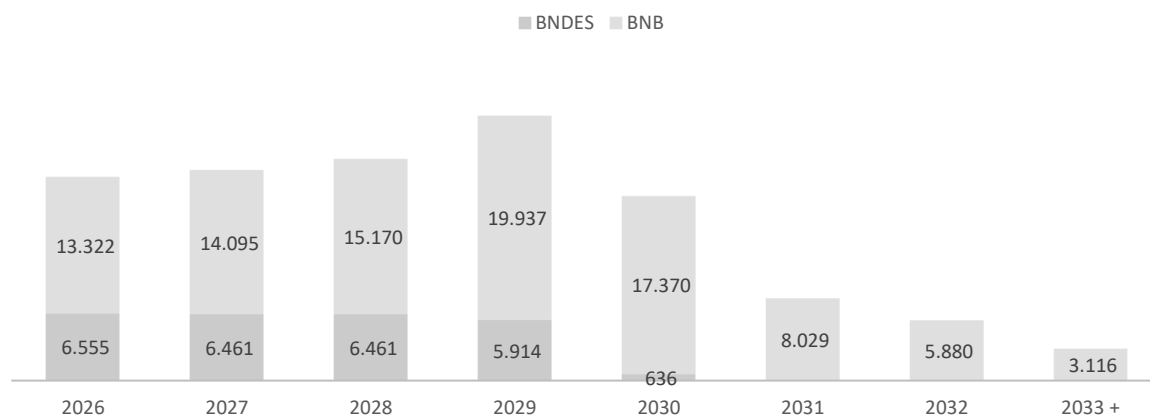
											Consolidado
											2025
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo	
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total		
BNDES	TJLP+1,72%	7.075	(614)	94	6.555	21.329	(1.857)	-	19.472	26.027	23.651
BNB	2,50% Pré	14.759	(1.834)	397	13.322	90.446	(7.884)	1.035	83.597	96.919	68.877
		21.834	(2.448)	491	19.877	111.775	(9.741)	1.035	103.069	122.946	92.528

											Consolidado
											2024
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo	
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total		
BNDES	TJLP + 2,01%	6.898	(613)	107	6.392	27.698	(2.471)	-	25.227	31.619	31.619
BNB	2,50% Pré	13.965	(1.834)	401	12.532	104.675	(9.719)	1.198	96.154	108.686	108.686
		20.863	(2.447)	508	18.924	132.373	(12.190)	1.198	121.381	140.305	140.305

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNB – Banco do Nordeste

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

(b) Perfil de vencimento - consolidado

O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	2025	Consolidado 2024
Saldo no início do exercício	140.305	158.729
Provisões de juros (Nota 7)	5.293	6.107
Atualização monetária (Nota 7)	786	314
Adição dos custos de captações	-	(1.839)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	2.448	2.260
Juros pagos	(5.517)	(6.265)
Liquidações	(20.369)	(19.001)
Saldo no final do exercício	122.946	140.305

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela MS Participações Societárias S.A.; Conta reserva; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
BNB	Garantia prestada pela MS Participações Societárias S.A.; Conta Reserva. Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

Alguns contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida sobre Ebitda ajustado, e/ou índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram integralmente cumpridas.

17 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços	3.458	8.716	-	2
	3.458	8.716	-	2

18 Provisões de ressarcimento**Política contábil**

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia". A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER): Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER): Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de até 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais e o acerto financeiro para energia gerada acima dos limites ocorre em 24 parcelas mensais, ambos a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrienal, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

(c) Composição e movimentação

	Consolidado			
	Anual	Quadrienal	2025 Total	2024 Total
Saldo no início do exercício	40.857	(9.257)	31.600	27.532
Provisão (reversão) (Nota 5)	25.528	17.341	42.869	15.200
Pagamentos (i)	(5.202)	-	(5.202)	(11.298)
Atualização monetária (Nota 7)	286	995	1.281	166
Saldo no final do exercício	61.469	9.079	70.548	31.600
Ativo				
Circulante	-	-	-	8
Não Circulante	-	-	-	6.038
	-	-	-	6.046
Passivo				
Circulante	35.232	31	35.263	36.682
Não Circulante	26.237	9.048	35.285	964
	61.469	9.079	70.548	37.646
Saldo líquido	61.469	9.079	70.548	31.600

(i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reparações dos ressarcimentos, que ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, período denominado “provisório” do *constrained-off*.

Os pagamentos dos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 devido à falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos do período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo”.

Em 19 de maio de 2025, a CCEE divulgou o Comunicado 372/2025 estabelecendo o cronograma de operacionalização das recontabilizações e ressarcimentos associados ao *constrained-off* para usinas eólicas, referente ao período “definitivo”, que ocorrerão de julho de 2025 a dezembro de 2026. Desta forma, a Companhia reclassificou os montantes vincendos acima de 12 meses para o passivo não circulante.

19 Provisões para litígios**Política contábil**

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da

obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem processos de natureza cível e ambiental com prognóstico de perda provável, no montante atualizado de R\$ 3.246 e R\$ 3, no ano de 2024 a companhia não apresentou saldo.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível com prognóstico de perda possível, nos montantes atualizados de R\$ 1.773, R\$ 190 e R\$ 4.824, no ano de 2024 a companhia não apresentou saldo.

20 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
			2025	2024
Saldo no início do exercício	30.555	(25.590)	4.965	4.378
Remensuração (Nota 15(a)) (i)	9.879	(3.822)	6.057	-
Atualizações Monetárias (Nota 7)	435	-	435	587
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	236	236	-
Saldo no final do exercício	40.869	(29.176)	11.693	4.965
Não circulante	40.869	(29.176)	11.693	4.965
	40.869	(29.176)	11.693	4.965

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos, em continuidade ao processo de harmonização dos critérios de mensuração. Como parte dessa revisão, o passivo passou a ser descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem acréscimo de prêmio de risco. A adoção dessas premissas resultou no aumento do valor da provisão para desmobilização. Os custos estimados permanecem sendo atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de maneira adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas inerentes às projeções de longo prazo.

21 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 12(a))				
Auren Operações S.A.	4	-	-	-
	4	-	-	-
Outras obrigações				
Auren Participações S.A.	-	-	11	-
Auren Operações S.A.	-	-	-	108
	-	-	11	108
Dividendos a pagar				
Auren Operações S.A.	-	-	2.048	3.044
	-	-	2.048	3.044
	4	-	2.059	3.152

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Dividendos a receber				
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A.	7.973	10.453	-	-
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A.	5.591	5.856	-	-
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A.	585	734	-	-
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.	727	1.047	-	-
	14.876	18.090	-	-
Dividendos a pagar				
Auren Operações S.A.	-	-	2.048	3.044
	-	-	2.048	3.044
	14.876	18.090	2.048	3.044

22 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora	
	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.318	74.737
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(7.588)	(25.411)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	7.620	25.467
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(32)	(37)
Outras adições permanentes, líquidas	-	(19)
IRPJ e CSLL apurados	-	-
Correntes	-	-
Diferidos	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	-	-

	Consolidado			
	2025		2024	
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	62.019	62.019	38.745	38.745
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
Base de cálculo Presumida	4.962	7.442	38.745	38.745
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	971	662	9.687	3.487

	Consolidado			
	2025		2024	
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	97.286	97.286	17.385	17.385
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
Base de cálculo Presumida	7.783	11.674		
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
Ajuste de exercícios anteriores	(21.021)	(7.994)		
IRPJ e CSLL corrente	1.854	1.050	4.347	1.565
IRPJ e CSLL no resultado	(19.032)	(6.870)	4.347	1.565

23 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 276.778 (R\$256.493 em 31 de dezembro de 2024), composto por 1.858.817.820 ações ordinárias e sem valor nominal (1.838.782.805 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Reserva de lucros

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	22.318	74.737
	22.318	74.737
Reserva legal - 5% (i)	(1.116)	(3.737)
Reversão de reserva de incentivos fiscais	-	-
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	21.202	71.000
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 2% conforme estatuto	(424)	(1.420)
(=) Saldo de lucros acumulados	20.778	69.580
(-) Reserva de investimentos (ii)	(20.778)	(69.580)
	-	-

(i) A Reserva legal é constituída através da retenção de 5% do lucro do exercício social, até o limite de 20% do Capital social;

(ii) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 2% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

24 Instrumentos financeiros e gestão de risco

24.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 12)		6.141	9.268	-	-
Provisão de Ressarcimento (Nota 18)		-	6.046	-	-
Cauções e depósitos judiciais		1.767	2.049	-	-
		<u>7.908</u>	<u>17.363</u>		
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i)	2	15.282	15.713	158	-
Aplicações financeiras (i)	1	2.861	-	34	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)	1	332.540	256.925	-	-
		<u>350.683</u>	<u>272.638</u>	<u>192</u>	<u>-</u>
		<u>358.591</u>	<u>290.001</u>	<u>192</u>	<u>-</u>
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos (ii) (Nota 16)		122.946	140.305	-	-
Fornecedores (Nota 17)		3.458	8.716	-	2
Partes relacionadas (Nota 21)		11	108	-	-
Dividendos a pagar		2.048	3.044	2.048	3.044
Provisão de Ressarcimento		70.548	37.646	-	-
		<u>199.011</u>	<u>189.819</u>	<u>2.048</u>	<u>3.046</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 16 (a).

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

24.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos (i)	23.849	48.027	45.858	17.350	135.084
Fornecedores	3.458	-	-	-	3.458
Partes relacionadas	11	-	-	-	11
Dividendos a pagar	2.048	-	-	-	2.048
	29.366	48.027	45.858	17.350	140.601
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	26.383	54.008	75.909	19.020	175.320
Fornecedores	8.716	-	-	-	8.716
Partes relacionadas	108	-	-	-	108
Dividendos a pagar	3.044	-	-	-	3.044
	38.251	54.008	75.909	19.020	187.188

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

24.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva, e benefícios pós emprego é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	350.683	-72,92 bps*	(2.557)	(13.063)	(26.125)	13.063	26.125
TJPL 9,07%	Financiamentos (i)	28.498	11 bps*	(31)	646	1.292	(646)	(1.292)

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	192	-72,92 bps*	(1)	(7)	(14)	7	14

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* bps - basis points